



MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO
PODER LEGISLATIVO

MEMORANDO

98/2023

Do Setor Financeiro

Para: Setor Legislativo

Nessa Câmara,

Assunto: **Resposta a solicitação de parecer contábil PLO n.º72/2023**

Prezado(a)s:

Venho através deste, em resposta ao pedido de análise contábil, referente ao projeto de lei ordinária n.º 72/2023, autoriza a abertura de crédito especial no valor de R\$5.497.927,71 (cinco milhões e quatrocentos e noventa e sete mil e novecentos e vinte e sete Reais e setenta e um centavos) - SMS - Secretaria Municipal da Saúde.

Cumprе registrar que o exame realizado neste parecer se restringe aos aspectos contábeis, com sua documentação em apenso, estando excluídos quaisquer pontos de caráter jurídico ou de processos legislativos cuja avaliação não compete a este setor.

Em análise na documentação, o art. 1º, fl.02, possui divergência na composição de valor, como já apontado pelo parecer do IGAM n.º 8.098/2023, fl. 17, do mesmo modo, foi apresentado emenda modificativa, fl. 20, para correção do quadro conforme orientação, sanando assim o obstáculo.

No exame, consta o art. 2º, fl. 05, que a cobertura do crédito será o superávit do exercício anterior¹, fonte de recurso 2600 (antiga 4500) conforme imagem abaixo:

4500	FEDERAL - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	5.497.927,71
------	--------------------------------	--------------

Como pode-se observar, existe saldo para cobertura do referido crédito orçamentário. Também se verificou a existência de saldo financeiro para o mesmo, fls. 08 a 12.

Sendo assim, opina-se pela **viabilidade técnica do projeto**, conforme premissas da Lei n.º 4.320, de 1964, art. 43. Conforme segue:

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

¹ Balanço Patrimonial 2022: <https://portal.tce.rs.gov.br/pcdi2/relatorios-recibos-envio.action?&cdOrgao=57100&ano=2022>



MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO
PODER LEGISLATIVO

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

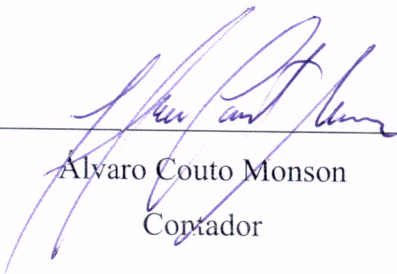
§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

Lembrando sempre que o deferimento ou indeferimento caberá aos vereadores no uso da função legislativa, nada obste que o projeto siga sua tramitação normal, apenas a complementação da documentação para embasar e enriquecer o processo legislativo, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

Sendo o que apresentava para o momento, e estando a disposição para dirimir qualquer dúvida, agradeço desde já a compreensão.

Atenciosamente,

Santana do Livramento, 20 de abril de 2023.



Alvaro Couto Monson
Contador